

ANÁLISE DAS AÇÕES DIRECIONADAS À ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALGUM NÍVEL DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA DE 3 UNIVERSIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SAMUEL DA SILVA JULIÃO¹; PEDRO HENRIQUE CAETANO SANTOS SILVA²;
SUSANE BARRETO ANADON³

¹Universidade Federal de Pelotas – samuel_juliao@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – peedro_henrique@hotmail.com

³Susane Barreto Anadon – nai.ufpel.pedagogico@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O modelo de alfabetização e educação tradicional excluiu, por muito tempo, grande parcela da população em idade escolar. A marginalização, baseada, por vezes, em critérios socioeconômicos, étnico-raciais, culturais, também se manifesta no campo das deficiências. Nesse contexto, à ótica do capacitismo, definido como a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratadas como anormais, incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito, pessoas cegas, surdos e com outros tipos de particularidades venham sendo segregadas e impactadas pelas consequências do não acesso à educação (BORGES et al., 2021; CNN BRASIL, 2021).

Segundo dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um total de 9.717.318 pessoas com deficiência auditiva viviam no Brasil, destas, 501.647 tinham de 0 a 14 anos. Números do censo escolar de 2010 revelam que o Brasil possuía, na educação básica, quase 22 mil estudantes surdos, mais de 32 mil com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira. No contexto da educação, uma ferramenta que tem se provado útil no processo de alfabetização é o emprego da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (IBGE, 2021; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Reconhecida desde 2002 como a língua das comunidades surdas brasileiras, mas falada no país desde o século XIX, a Libras, que se apresenta na modalidade visuoespacial, tem seu emprego na educação iniciado em 1857, por meio da criação da primeira escola para surdos do Brasil, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, de onde saíram alunos que fundaram, em 1930, na mesma cidade, a Associação Brasileira de Surdos-Mudos. Embora não tenha se mantido ativa por muito tempo, a associação carioca impulsionou a criação da Associação de Surdos de São Paulo, que ainda se encontra em funcionamento. Do século XIX para os dias atuais, grandes avanços têm sido alcançados na direção da inclusão das pessoas com deficiência auditiva no campo educacional, tendo essa luta ganhado cada vez mais voz, chegando a ser tema da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2017 (FARIAS et al., 2021).

Vários marcos delinearão o caminho que levou à criação da lei 10.436, regulamentando a Libras, entendendo-a como a forma de comunicação e expressão baseada na natureza visual-motora transmitem ideias e fatos, possuindo, para tanto, estrutura gramatical própria. Ainda sobre leis, o presidente Jair Bolsonaro, sancionou, em 2021, a Lei 14.191, que insere a Educação

Bilíngue de Surdos (Libras/Português) na Lei Brasileira Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como modalidade de ensino independente, e não mais como parte da educação especial. A lei também prevê que o apoio técnico e financeiro envolvido na implantação dos programas envolvidos nesses processos, como disponibilização de materiais didáticos e professores bilíngues e intérpretes, seja responsabilidade da União, para que pais e responsáveis possam, de fato, matricular em escolas regulares, sem maiores receios (FARIAS et al., 2021; SENADO FEDERAL1, 2021; SENADO FEDERAL2, 2021).

A garantia da aquisição da educação básica na infância possibilita que a população com deficiência auditiva siga na busca por conhecimentos superiores e caminhe na direção de quebrar o, tão comum, ciclo vicioso da alfabetização. Nesse contexto, pessoas com os mais variados tipos de deficiência têm ocupado espaços de onde antes eram excluídos, como as universidades. O Censo da Educação Superior do ano de 2013 revelou que um total de 8.676 alunos surdos, com deficiência auditiva ou surdo-cegos se encontravam matriculados em instituições de ensino superior (BORGES et al., 2021; SANCHES & SILVA, 2019; VIANA & GOMES, 2020).

À luz dessas informações, esse trabalho visa analisar a situação de estudantes com algum grau de deficiência auditiva em 3 instituições federais de ensino superior do estado do Rio Grande do Sul e os programas e ações destinados a assegurar a acessibilidade e inclusão dos mesmos.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir da busca, na plataforma digital “Google Acadêmico” e nos sites das próprias Universidades por informações a respeito das suas iniciativas de acessibilidade e inclusão frente aos seus alunos com deficiência auditiva e surdez.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem em atividade o seu Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR), criado em julho de 2014 e vinculado ao Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. O núcleo detém duas linhas de ações gerais, uma relacionada à articulação, fomento e consolidação de política de inclusão e acessibilidade na UFRGS e outra relacionada ao acompanhamento e apoio técnico às pessoas com deficiência. No âmbito de acessibilidade aos deficientes auditivos, o INCLUIR conta com uma equipe de bolsistas de acessibilidade e produção de conteúdo. Dentre as atividades realizadas por essa equipe estão trabalhos relacionados a curso de Escrita da Língua de Sinais, tradução e interpretação de LIBRAS (interpretação de concursos, defesas de teses e dissertações, perícias, capacitações, eventos institucionais, ações de extensão, adaptação dos textos escritos pelos surdos para o português formal) e adaptação de materiais didáticos. Vale ressaltar que, desde 2016, houve um aumento dos atendimentos de tradução e interpretação do INCLUIR, e que, em 2019, ano do último relatório disponibilizado pelo núcleo, verificou-se aumento

considerável das traduções de libras de materiais audiovisuais e diminuição no número de interpretações em sala de aula (UFRGS).

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) criado em agosto de 2008, oriundo do projeto “Incluir” do Ministério da Educação. No que se refere ao trabalho do núcleo em realizar ações de acessibilidade e inclusão a estudantes com algum tipo de deficiência auditiva, pode-se destacar ações de conscientização, discussão, formação compartilhada de coordenadores, técnicos, professores, monitores, tutores e comunidade em geral. Além disso, conta com a oferta de serviços especializados como encaminhamento de intérpretes para as aulas, eventos e atividades relacionadas e, ainda, da criação, organização e acervo de recursos didáticos adaptados que possibilitem avanços nos processos de aprendizagem e inclusão. Vale ressaltar que, o NAI, além de tradutores intérpretes de LIBRAS, oferece acompanhamento psicológico, bolsas de ensino para tutoria, sessão de atendimento especializado a deficiência auditiva com educadoras e neuropsicopedagógicas, comissão de apoio formada por docentes que debatem e assessoram políticas voltadas à inclusão (PÓLVORA et al., 2017; UFPEL).

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) conta com a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), criada oficialmente como um núcleo em 2016 e passando a integrar a estrutura da Pró-reitoria de Graduação em 2021. No contexto das ações da CAED para assegurar acessibilidade e inclusão a deficientes auditivos, o núcleo conta com apoio psicológico, acompanhamento didático pedagógico, atendimento educacional especializado através de monitorias e atendimento terapêutico ocupacional. Além disso, o núcleo realiza a adaptação de materiais de estudo com gravação em línguas de sinais, fornece serviço de interpretação/tradução em LIBRAS e atendimento fonoaudiológico. Ademais, a instituição, através da CAED, realiza projetos que visam discutir e promover a interação de ouvintes e surdos que se comunicam com LIBRAS, como o “Programa Institucional Libras ON” que é um projeto que oferece curso básico da Língua Brasileira de Sinais e Rodas de conversa que debatem temas voltadas à acessibilidade e inclusão a deficientes (UFSM).

4. CONCLUSÕES

Com base no exposto acima, verifica-se que as 3 Universidades se encontram em situação semelhante no que diz respeito à assistência aos seus estudantes com surdos ou com algum grau de deficiência auditiva, tanto em acompanhamento pedagógico, quanto na criação/adaptação de material e apoio de recurso humano para auxílio ao longo do curso. Verifica-se que as instituições também lançam mão de investimento financeiro e humano em ações que visam o aprimoramento do processo de aprendizado dos alunos assistidos pelos núcleos, para que não só eles se adaptem ao ambiente universitário, mas para que estudante e Universidade se encontrem no meio do caminho para, então, seguir caminhando juntos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, M. L.; SANTOS, C. H. A. O.; DAIER, R. N. (In)Acessibilidade versus políticas públicas: A realidade das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista**

Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, v. 3. n. 1, pp. 90-98, 2021.

CNN BRASIL. **Capacitismo: entenda o que é e como evitar preconceito disfarçado de brincadeira**. São Paulo, 2 set. 2021. Acessado em: 1 ago. 2022. Online. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/capacitismo-entenda-o-que-e-e-como-evitar-p-reconceito-disfarçado-de-brincadeira/>

COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS - UFSM. Portal UFSM. 2022. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/relatorios-da-caed/>). Acessado em: 18/08/2022

FARIAS, Z. S. S.; SÃO-JOSÉ, E. S.; FARIAS, A. S. Um breve relato histórico do ensino de Libras no Brasil. In: Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 10, Farolândia, 2021. **Anais...** Farolândia, 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Deficiência auditiva**. Acessado em: 1 ago. 2022. Online. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,5,6,128&ind=4643>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino de Libras é recurso que garante a educação inclusiva**. 6 nov. 2017. Pessoas com surdez. Acessado em 28 jul. 2022. Online. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/205-1349433645/56981-ensino-de-libras-e-recurso-que-garante-a-educacao-inclusiva>.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - UFPEL. Portal UFPEL. 2022. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobre/> Acessado em: 18/08/2022

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - UFRGS. Portal UFRGS. 2022. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/incluir/institucional/relatorios/ \(RAAI_2019_INCLUIR\)](https://www.ufrgs.br/incluir/institucional/relatorios/(RAAI_2019_INCLUIR))). Acessado em: 18/08/2022

PÓLVORA, R.,B.; SABALLA, V., A. Breve estudo dos caminhos que levaram à implementação do núcleo de acessibilidade e inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas. In: III CONGRESSO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. Pelotas, 2017. Disponível em:

https://wp.ufpel.edu.br/nai/files/2017/12/Robson_Polvora_CEG2017.pdf

SANCHES, I. R.; SILVA, P. B. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, vol. 32, núm. 1, pp. 155-172, 2019.

SENADO FEDERAL1. **Nova lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB**. Notícias, Agência Senado, 4 ago. 2021. Notícias. Acessado em 1 ago. 2022. Online. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20sancionou,como%20parte%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial>.

SENADO FEDERAL2. **Obrigatoriedade da oferta de Libras na educação básica passa na CDH**. Notícias, Agência Senado, 30 ago. 2021. Notícias. Acessado em 1 ago. 2022. Online. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/30/obrigatoriedade-da-oferta-de-libras-na-educacao-basica-passa-na-cdh>.

VIANA, M. V. G.; GOMES, M. R. Desafios do aluno surdo no ensino superior. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, 2020.